

Paraíba alcança indicadores de Sustentabilidade

Ações da Semas fortalecem desempenho ambiental

O governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), publicou na terça-feira (10), no Diário Oficial do Estado, o Edital de Convocação nº 01/2026 referente ao concurso público para o cargo de Professor de Educação Básica IV. Nesta primeira chamada, estão sendo convocados 1.000 candidatos aprovados, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação do resultado final, homologado em novembro de 2025.

A convocação atende à demanda da rede estadual de ensino e contempla profissionais de 13 disciplinas, distribuídas nas 16 Gerências Regionais de Ensino (GRES) em todo o estado. A medida integra o planejamento do governo para reforçar o quadro efetivo da Educação e garantir maior estabilidade nas unidades escolares.

De acordo com o cronograma oficial, as nomeações serão publicadas no dia 19 de fevereiro de 2026, também no Diário Oficial. A partir dessa data, os candidatos nomeados deverão se submeter aos exames periciais realizados pela Junta Médica do Estado da Paraíba ou pelas Gerências Regionais, mediante agendamento prévio.

O atendimento ocorrerá das 8h ao meio-dia, podendo se estender excepcionalmente até as 15h30, conforme a demanda e o cronograma estabelecido no edi-



Ascom PB

O resultado o divulgado na última sexta-feira (6)

tal. No caso dos candidatos com deficiência (PcD), a perícia será realizada na Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad), nas mesmas datas e horários previstos.

O comparecimento à Perícia Médica depende de agendamento prévio, momento em que serão informados dia e horário específicos do atendimento, que deverão ser cumpridos rigorosamente. No dia marcado, é obrigatória a apresentação de documento oficial de identificação com foto, como RG e CPF ou Carteira Nacional de Habilitação, além de Atestado de Sanidade Mental.

O documento deve ser emitido

pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), pelo Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira ou por instituição privada, desde que assinado por médico psiquiatra devidamente registrado.

A posse dos nomeados poderá ocorrer nas modalidades presencial ou on-line, com previsão a partir de 19 de fevereiro de 2026, conforme a Gerência Regional de Ensino para a qual o candidato foi aprovado.

A modalidade virtual será destinada aos convocados das 2ª à 15ª GRES, como forma de facilitar o processo para quem está lotado fora da capital. Já os aprovados para a 1ª e a 16ª GRES

deverão tomar posse exclusivamente de forma presencial, na sede da Secretaria de Estado da Administração, localizada no 3º Bloco, 3º andar, do Centro Administrativo, em João Pessoa.

Após a posse, os professores deverão acessar o sistema eletrônico da Secretaria de Estado da Educação (SEE) para registrar, por ordem de preferência, a unidade escolar onde desejam ser lotados, observando a disciplina e a Gerência Regional correspondentes.

A designação final será realizada pela SEE, respeitando a classificação no concurso e as opções indicadas pelos candidatos.

Ceará Credi terá juros zero para novos contratos

O governo do Ceará passa a adotar juros zero nos novos contratos do Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado (Ceará Credi). O benefício será destinado a microempreendedores cearenses que mantiverem o pagamento das parcelas em dia e terá validade em operações contratadas a partir de fevereiro de 2026.

Desenvolvimento

“Já oferecemos juros zero no programa Dinheiro na Mão e agora também no Ceará Credi o que reafirma o nosso compromisso em trabalhar, de forma estratégica, fomentando o empreendedorismo e a inclusão social. A iniciativa fortalece a economia local ao apoiar quem empreende, estimulando geração de renda, emprego e desenvolvimento nos municípios cearenses”, afirma o governador Elmano de Freitas.

Banco Nordeste

A iniciativa dos juros zero utilizada pelo Governo do Ceará passa a vigorar tanto para o Programa Dinheiro na Mão, realizado em parceria com o Banco do Nordeste (BNB), quanto para o Ceará Credi.

“Essa determinação do governador Elmano de Freitas representa um grande avanço na política de apoio aos pequenos negócios. Os empreendedores que pagarem sua prestação em dia pagarão apenas o principal de sua parcela, mediante devolução dos juros na forma de um bônus de adimplência”, explica a diretora de Economia Popular e Solidária da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece).

O Programa Ceará Credi é uma iniciativa do Governo do Ceará, por meio da Secretaria do Trabalho, que visa ampliar oportunidades de trabalho e renda para microempreendedores, trabalhadores autônomos, formais e informais, e agricultores familiares, por meio da disponibilização de crédito produtivo orientado e capacitação empreendedora.

Desde julho de 2021, o programa é executado pela Adece em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT). Ao todo, o programa já financiou mais R\$ 300 milhões para cerca de 120 mil empreendedores cearenses de baixa renda.

Sistema fortalece gestão de emendas no Piauí e garante repasses seguros

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) confirmou que o Governo do Piauí está apto a executar recursos de emendas parlamentares sem risco de paralisações, assegurando o fortalecimento de políticas públicas essenciais e o cumprimento integral dos controles exigidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Esse avanço é sustentado pelo Sistema Integrado de Gestão de Repasses (SIGRP), solução mantida e evoluída pela Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí – Etipi, que garante a execução das emendas parlamentares no estado, com mais transparência, agilidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O sistema passou por um processo de fortalecimento tec-



Ascom Etipi

Solução tecnológica assegura, de forma integrada

nológico, garantindo soberania digital e segurança operacional, despontando como referência em governança pública. O SIGRP é capaz de assegurar, de forma integrada e estruturada, os requisitos de transparência, rastreabilidade

e controle exigidos pelo STF.

Segurança

A plataforma conecta órgãos estratégicos como Controladoria-Geral do Estado (CGE), Secretaria da Fazenda (Sefaz),

Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi), Secretaria do Planejamento e órgãos executores, promovendo padronização de fluxos, segurança jurídica e ampla publicidade dos atos administrativos.

Segundo o presidente da Etipi, Ellen Gera, o reconhecimento do TCE consolida o papel da tecnologia como instrumento de transformação do Estado. “O SIGRP é uma entrega concreta de valor público.

Ele garante soberania digital, segurança jurídica e transparência real na execução das emendas parlamentares, permitindo que os recursos cheguem com mais agilidade às políticas públicas que impactam diretamente a vida da população”, destacou o gestor.